REGISTRO
SINDÁGUA-MG
2008
28/FEV
Nº163
CUT
Sind. dos Trab. Ind.de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Est. de MG

Comunicados distorcidos

Direção da Copasa orienta ataques aos sindicatos

Informativo colocado na intranet pela Copasa traz diversos equívocos, para tentar confundir os trabalhadores. O principal deles é a informação "***a Justiça decidiu que o reajuste é correto e legal, devendo ser aplicado de imediato*".** O processo continua tramitando e já foi marcada nova audiência, no dia 8 de maio, para que as partes apresentem suas provas documental e testemunhal. Se o mérito for julgado procedente, o reajuste será alterado e as diferenças cobradas serão devolvidas aos trabalhadores, com a devida correção monetária. A liminar impedindo o reajuste foi suspensa, mas a questão não foi julgada e ainda depende da decisão judicial.

Como é do conhecimento de todos, a Copasa, como principal patrocinadora da Previminas, é responsável direta pela escolha dos diretores da Fundação e também pela elaboração das ações a serem desenvolvidas por eles. Não podendo a empresa, simplesmente, esquecer da sua responsabilidade na participação nas decisões tomadas pela Previminas.

Simplificar a questão, colocando a culpa nos sindicatos pela cobrança "*em uma única parcela dos valores não recolhidos*", demonstra que além de insensível, a empresa tentar jogar os trabalhadores contra as entidades que defendem seus interesses. Pois, a Copasa é a única responsável por essa decisão unilateral. Visto que, a soma acumulada em função da liminar judicial pode ser dividida nas parcelas futuras depois de elaborados os novos cálculos atuariais.

A direção da empresa também está sendo tendenciosa e distorce a realidade declarando que os sindicatos "*procuraram apenas tumultuar o ambiente*". O processo para suspender o reajuste até que fosse esclarecida a questão, foi pautado pelo relatório de fiscalização apresentado pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), que é um órgão ligado ao Ministério da Previdência Social, cuja função é acompanhar a gestão do patrimônio das previdências complementares. No relatório, foram detectados problemas administrativos na Previminas e deliberações equivocadas da Copasa, além de solicitar mais transparência e respeito aos participantes. Na realidade, o tumulto está sendo causado pela radicalização e insensibilidade da empresa, que busca tencionar os trabalhadores nas vésperas da campanha salarial. Sabemos que essa não é a primeira medida promovida com o claro objetivo de pressionar a categoria e tentar fragilizar as relações sindicais.

Forçar os trabalhadores a utilizarem uma conquista de muitos anos de luta para pagar uma conta que nem sabemos de onde vem e, ainda por cima, colocar no documento de autorização do desconto que o montante acumulado é fruto de "*ação unilateral dos sindicatos*" são atitudes que fazem parte dos joguetes da empresa contra as entidades sindicais e os direitos da categoria. A Participação nos Lucros é um direito nosso e não deve ser usado pela empresa para tapar com a peneira suas medidas autoritárias e que poderiam ser resolvidas com parcelamento de uma dívida que consideramos que não é nossa. Se os milhares de participantes pudessem opinar sobre a melhor maneira de administrar o patrimônio da sua aposentadoria complementar, certamente, não seria necessário usar a PL para pagar essa conta.

Para José Maria dos Santos, presidente do SINDÁGUA e membro do Conselho Deliberativo da Previminas, é essencial que os trabalhadores apóiem as entidades que estão defendendo os seus direitos e não se deixem levar pelas falácias divulgadas pela empresa. "A função do sindicato é lutar pelos interesses coletivos. Nossas decisões são tomadas com o único objetivo de evitar prejuízos aos trabalhadores, por isso, temos o cuidado de refletir bastante e buscar especialistas para não sermos precipitados e inconseqüentes" assegura José Maria.

Nossa posição é impedir que os trabalhadores sejam prejudicados por erros de gestão

É importante deixar claro que o SINDÁGUA, SENGE e SAE-MG não são contrários ao reajuste. Mas são contra, sim, a forma como eles vêm sendo praticados, sem que seja comprovada a sua real necessidade para os participantes, principais interessados na sobrevivência do plano. Queremos, antes de mais nada, transparência e que o participante tenha o mesmo tratamento que é dado à patrocinadora. Não podemos aceitar que a Copasa possa dividir o seu débito a longo prazo, 240 meses, enquanto o trabalhador tem que pagar tudo de uma só vez, sem poder, nem mesmo, discutir o assunto.

Ressaltamos, ainda, que esses recursos não serão usados para a liquidação imediata de um rombo atual na Previminas – que até onde sabemos não existe – mas para garantir os pagamentos das aposentadorias pelos próximos 30 anos. Portanto, os sindicatos acreditam, e defendem, que é possível encontrar, com ampla participação dos mantenedores da Fundação, alternativas para que o plano sobreviva sem impedir a permanência de diversos trabalhadores.

Proposta alternativa e honesta

Na audiência realizada, dia 19, na 6ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, o sindicato propôs que os dois processos, referentes ao reajuste de 2006 e de 2007, fossem unificados, com o objetivo de esclarecer a formação do déficit da Previminas. Pediu que a perícia solicitada no processo referente ao aumento de 2006, fosse usada para discutir os dois reajustes. Requereu também a formação de uma comissão paritária, com o apoio de técnicos atuariais, para identificar as causas do déficit, buscar soluções para equacioná-lo e alternativas atuariais para que o plano sobreviva sem comprometer as condições financeiras dos participantes. Na proposta, os sindicatos estabelecem ainda que seja efetuado um reajuste de apenas 10%, até que sejam concluídos os trabalhos de avaliação financeira da Fundação.

A Copasa e a Previminas recusaram todas as propostas das entidades sindicais e ainda pediram que não fosse realizada nenhuma perícia referente aos abusivos reajustes propostos. Quem não quer transparência, demonstra que tem algo a esconder. O pleno conhecimento e constante discussão do plano atuarial, operado pela Previminas, é fundamental para que os participantes tenham segurança e continuem investindo na previdência complementar.

Os sindicatos vão continuar na luta para impedir que os trabalhadores tenham seus direitos prejudicados e buscará o apoio da Associação Nacional dos Participantes (Anapar) para defender os interesses dos participantes. O especialista contratado pelas entidades sindicais já está organizando ações individuais dos participantes que forem lesados pelos reajustes e irá recorrer ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) para que seja expedido outro mandato de segurança impedido o aumento de 37,24%.

Os participantes são responsáveis pela metade das contribuições e merecem ser respeitados. Vamos mostrar o poder na nossa mobilização e cobrar transparência nas medidas adotadas pela Previminas. Não podemos ser informados apenas dos reajustes, queremos conhecer a realidade do déficit e participar das decisões que interferem no futuro do plano e, principalmente, na subsistência das nossas famílias.

NÃO PERCA O SEU DIREITO!

Depois de muitos anos de contribuição, qualquer trabalhador que se desligar da Previminas poderia ser extremamente prejudicado. Não tome esta decisão. Espere até o julgamento final do processo na Justiça.

O que buscamos na Justiça é a transparência e alternativas para manter o equilíbio financeiro da Previminas. Não há a necessidade de dois reajustes gigantescos de 37% como fizeram, em novembro de 2006 e de 2007, sacrificando trabalhadores com salários que tiveram esta evolução fantástica, sinal de que há um grosseiro erro administrativo da Previminas e da Copasa como patrocinadora.

Não saia da Previminas. Quem sair, não recebe o valor investido. Só receberá quando se desligar da Copasa, mesmo assim, apenas a parte que contribuiu, com correção monetária.

Quem sair perde feio e só engorda a situação de quem permanecer.